

MILTON FRIEDMAN
E ROSE FRIEDMAN

LIVRE PARA ESCOLHER

TRADUÇÃO DE
Ligia Filgueiras

REVISÃO TÉCNICA DE
Ricardo Doninelli

1ª edição



EDITORA RECORD
RIO DE JANEIRO • SÃO PAULO

2015

Sumário

<i>Prólogo à edição de 1990</i>	9
<i>Prefácio da primeira edição</i>	13
<i>Introdução</i>	21
1. O poder do mercado	31
2. A tirania dos controles	71
3. A anatomia da crise	115
4. Do berço à sepultura	143
5. Criados iguais	195
6. O que há de errado com nossos colégios?	223
7. Quem protege o consumidor?	277
8. Quem protege o trabalhador?	331
9. A cura para a inflação	357
10. A maré está virando	401
<i>Apêndices</i>	439
<i>Notas</i>	445
<i>Índice</i>	459

Prólogo à edição de 1990

Quando *Livre para escolher* foi publicado pela primeira vez, uma década atrás, estávamos bastante otimistas para dar ao nosso capítulo final o título de “A maré está virando”. A opinião geral estava, assim pensávamos, mudando de uma crença no coletivismo para uma crença no individualismo e nos mercados privados. Nem sequer sonhávamos que a maré mudaria tão dramaticamente quanto mudou — nos dois lados da Cortina de Ferro.

Dez anos atrás, muitas pessoas no mundo acreditavam que o socialismo era um sistema viável, até mesmo o mais promissor, para promover a prosperidade material e a liberdade humana. Poucas pessoas em qualquer parte do mundo acreditam nisso hoje. A fé idealística no socialismo ainda sobrevive, mas apenas em algumas isoladas torres de marfim no Ocidente e em alguns dos mais remotos países do planeta. Dez anos atrás, muitas pessoas estavam convencidas de que o capitalismo, baseado na livre economia de mercado, era um sistema profundamente equivocado, incapaz de alcançar seja uma prosperidade amplamente partilhada, seja a liberdade humana. Hoje o senso comum considera o capitalismo o único sistema capaz de fazê-lo.

Será que *Livre para escolher* ficou ultrapassado e já não é mais necessário, agora que sua tese central se tornou senso comum? Longe disso. O senso comum pode ter mudado, mas não a prática convencional. Líderes políticos de países capitalistas que co-

memoram o colapso do socialismo em outros países continuam a favorecer soluções socialistas em seus países. Eles conhecem a letra, mas não aprenderam a melodia.

Apesar da drástica mudança de ideias no meio intelectual e na opinião pública na última década, os governos dos países supostamente capitalistas estão tão atrasados quanto os governos dos países comunistas no desmonte das práticas socialistas que proliferaram nas últimas décadas. A parte de nossa renda que financia os gastos do governo — supostamente para nosso benefício — não diminuiu de modo considerável e em muitos países continuou a crescer. Nos Estados Unidos, foi de 40% em 1980 e de 42% em 1988, abaixo dos 44% de 1986. Não houve sequer um alívio no fluxo das detalhadas regulações que controlam nossas vidas: em 1980, 87.012 páginas foram acrescentadas ao Federal Register, que colige todas as regulamentações; em 1988, foram 53.376 páginas. Nas palavras da Declaração de Independência, nossos governos continuam a criar “uma multidão de novos cargos públicos” e a enviar “exames de funcionários para atormentar nosso povo e devorar nossa carne”.

As restrições ao comércio internacional, analisadas no capítulo 2, aumentaram, não diminuíram; algumas restrições nos preços e salários, especialmente os controles cambiais, foram eliminadas ou reduzidas, mas outras foram acrescentadas. Nosso sistema de Seguridade Social, que vai do berço à sepultura, tornou-se mais abrangente e, mais do que nunca, está em grande necessidade de reforma (capítulo 4); isso é igualmente verdade em nosso sistema de ensino (capítulo 6). As instituições criadas para “proteger o consumidor” e “o trabalhador” continuam a ter efeitos opostos ao pretendido por seus bem-intencionados patrocinadores (capítulos 7 e 8). Nessas e em outras áreas, o ímpeto de práticas passadas tem se sobreposto ao efeito de uma mudança geral de opinião.

Houve uma melhoria substancial na taxa de inflação, que caiu no mundo todo — nos EUA, de muito acima dos 10% ao ano para menos de 5%. Entretanto, de modo algum a inflação está derrotada e nossa análise das causas, conseqüências e cura da inflação no capítulo 9 permanece válida e altamente relevante para assegurar que as recentes reduções na inflação sejam mais do que fogo de palha.

A grande mudança não foi nas conquistas, mas nas perspectivas. Mercados privados livres têm muito mais chance de se multiplicar nos próximos anos do que parecia possível dez anos atrás. Como resultado, um livro que explique como funcionam esses mercados, quais as suas vantagens e como eliminar os obstáculos para seu funcionamento mais efetivo tem maior relevância hoje do que dez anos atrás.

Alguns números específicos e referências em nosso livro estão agora desatualizados, mas achamos melhor reimprimir o manuscrito basicamente sem alteração. Uma profunda revisão do livro para atualizá-lo e incluir os novos problemas que surgiram nesse ínterim pode valer bem a pena, mas não tivemos condições de assumir a tarefa e concluimos que seria melhor deixar o manuscrito como está do que fazer uma atualização superficial. Esperamos que um anacronismo ocasional não interfira na compreensão do leitor.

O que parecia a muitos leitores do livro como utópico e irrealista dez anos atrás, a muitos novos leitores, acreditamos, parecerá quase que um modelo para uma mudança prática. É com grande satisfação, portanto, que vemos ser publicada uma nova edição de *Livre para escolher*. A maré mudou, mas está longe de ser a maré inundante tão necessária para assegurar um futuro brilhante para a liberdade humana.

Milton e Rose Friedman
4 de janeiro de 1990

Prefácio da primeira edição

Este livro tem duas origens: *Capitalism and Freedom*, nosso livro anterior, publicado em 1962 pela University of Chicago Press; e uma série de TV intitulada, como o livro, *Free to Choose*. A série será apresentada pela Public Broadcasting Service por dez semanas consecutivas em 1980.

Capitalism and Freedom analisa “o papel do capitalismo competitivo — a organização da maior parte da atividade econômica através da empresa privada atuando em um livre mercado — como um sistema de liberdade econômica e uma condição necessária para a liberdade política”. No processo, é definido o papel que o governo deveria desempenhar em uma sociedade livre.

“Nossos princípios”, segundo o *Capitalism and Freedom*, “não nos oferecem uma linha divisória clara de até onde devemos usar o governo para, em conjunto, realizarmos o que nos é difícil ou impossível realizar individualmente apenas pela troca voluntária. Em qualquer caso particular de uma proposta de intervenção, devemos fazer um balanço listando separadamente as vantagens e as desvantagens. Nossos princípios nos dizem quais itens devemos pôr de um lado e os que devemos pôr no outro e nos dão uma base para identificarmos a importância dos diferentes itens.”

Para dar consistência a esses princípios e ilustrar sua aplicação, *Capitalism and Freedom* analisa questões específicas — como

a política monetária e fiscal, o papel do governo na educação, capitalismo e discriminação, além da redução da pobreza.

Livre para escolher é um livro menos abstrato e mais concreto. Os leitores de *Capitalism and Freedom* encontrarão aqui um desenvolvimento mais amplo da filosofia que permeia ambos os livros — aqui há mais exemplos práticos, menos arcabouço teórico. Além disso, este livro tem a influência de uma nova abordagem da ciência política que vem principalmente de economistas — Anthony Downs, James M. Buchanan, Gordon Tullock, George J. Stigler e Gary S. Becker — que, com muitos outros, têm realizado um estupendo trabalho na análise econômica da política. Este livro trata o sistema político em simetria com o sistema econômico. Ambos são vistos como mercados nos quais os resultados são determinados pela interação entre pessoas em busca de seus próprios interesses pessoais (em um sentido amplo) em vez de objetivos sociais que os participantes acham vantajoso enunciar. Isso está implícito ao longo da obra e explícito no capítulo final.

A minissérie de TV cobre os mesmos tópicos deste livro: os dez capítulos correspondem aos dez programas da TV e (exceto pelo capítulo final) têm os mesmos títulos. Entretanto, a minissérie e o livro são muito diferentes — cada um fiel à sua própria característica. O livro cobre muitos itens que a limitação de tempo dos programas de TV obriga a omitir ou mencionar apenas brevemente, e sua cobertura é mais sistemática e minuciosa.

Fomos levados a realizar a minissérie no início de 1977 por Robert Chitester, presidente da WQLN, emissora da PBS, em Erie, na Pensilvânia. Sua imaginação e trabalho exaustivo, bem como seu compromisso com os valores de uma sociedade livre, tornaram o programa possível. Por sugestão sua, Milton apresentou, entre setembro de 1977 e maio de 1978, quinze palestras públicas para audiências diversas seguidas de sessões de per-

guntas e respostas, todas gravadas em videoteipe. William Jovanovich comprometeu a Harcourt Brace Jovanovich a fazer o marketing dos VTs e proporcionou um generoso adiantamento para ajudar a financiar a gravação das palestras, atualmente sendo distribuídas pela Harcourt Brace Jovanovich, Inc. As transcrições das palestras serviram de matéria-prima para o esboço dos próprios programas de TV.

Antes que as palestras tivessem sido finalizadas, Bob Chitester conseguiu apoio financeiro suficiente que nos permitiu prosseguir com a minissérie. Escolhemos a Video-Arts de Londres como o melhor grupo para produzi-la. Depois de meses de um planejamento preliminar, as filmagens propriamente ditas começaram em março de 1978 e só foram terminar em setembro de 1979.

Anthony Jay, Michael Peacock e Robert Reid, da Video-Arts, tiveram um papel fundamental no esboço inicial do programa e um importante papel de supervisão subsequente.

Cinco profissionais de TV estiveram conosco ao longo da maior parte da filmagem e da edição do programa: Michael Latham, como produtor; Graham Massey, como diretor de filmagem; Eben Wilson, como produtor associado e principal pesquisador; Margaret Young, como diretora assistente de filmagem e secretária de produção; e Jackie Warner, como gerente de produção. Eles nos apresentaram de forma gentil, mas com firmeza, às artes ocultas da produção de documentário para a TV e atenuaram os pontos difíceis, sempre com o mesmo tato e companheirismo. Tornaram nossa aventura por um mundo estranho e complexo uma experiência emocionante e prazerosa, não um pesadelo — agora nos damos conta — no qual isso poderia facilmente ter se transformado.

Sua insistência em combinar brevidade com rigor e lucidez nos forçou a repensar muitas de nossas ideias e reduzi-las ao es-

sencial. As discussões com eles, assim como com as equipes de filmagem de diversos países — uma das partes mais agradáveis do projeto —, nos ajudaram a reconhecer pontos fracos em nossa argumentação e nos levaram a buscar mais provas. Livres das rígidas limitações de tempo da TV, pudemos tirar total vantagem dessas discussões neste livro.

Devemos muito a Edward C. Banfield e a David D. Friedman, que leram todo o rascunho original, e a George Stigler, Aaron Director, Chiaki Nishiyama, Colin Campbell e Anna Schwartz. Rosemary Campbell passou muitas horas de um trabalho metódico na biblioteca verificando fatos e números. Não podemos culpá-la se aparecerem erros porque fizemos algumas das verificações por conta própria. Devemos muito a Gloria Valentine, secretária de Milton, cuja afabilidade faz par com sua competência. Finalmente, somos gratos pela ajuda que recebemos da Harcourt Brace Jovanovich, às vezes anonimamente, às vezes de William Jovanovich, Carol Hill e de nossa editora Peggy Brooks.

A televisão é dramática. Apela às emoções. Capta sua atenção. Ainda assim, somos da opinião de que a página impressa é um instrumento mais eficaz tanto para a educação quanto para a persuasão. Os autores de um livro podem explorar as questões com mais profundidade — sem estarem limitados pela contagem do relógio. O leitor pode parar e pensar, virar as páginas sem se deixar levar pelo apelo emocional das cenas que mudam sem cessar em sua tela de televisão.

Quem quer que seja persuadido em uma noite inteira (ou mesmo em dez noites de uma hora) não está realmente persuadido. Pode ser persuadido pela primeira pessoa que encontrar com visões opostas às da pessoa com quem passa uma noite. A única pessoa que pode realmente persuadir você é você mesmo. Você deve revirar as questões em sua cabeça à vontade, consi-

derar os muitos argumentos, deixá-los cozinhar em fogo brando e, depois de um bom tempo, transformar suas preferências em convicções.

Milton Friedman e Rose D. Friedman
Ely, Vermont, 28 de setembro de 1979

Introdução

Desde o primeiro assentamento de europeus no Novo Mundo, a América tem sido um ímã para pessoas procurando aventura, fugindo da tirania ou simplesmente tentando uma vida melhor para si e seus filhos.

Uma gota inicial aumentou depois da Revolução Americana e da criação dos Estados Unidos e se tornou uma torrente no século XIX, quando milhões de pessoas afluíram através do Atlântico, e um número menor pelo Pacífico, movidas pela miséria e pela tirania, e atraídas pela promessa de liberdade e enriquecimento.

Quando chegaram, não encontraram ruas pavimentadas com ouro; não encontraram uma vida fácil. O que encontraram foi liberdade e oportunidade para fazer o melhor uso possível de seus talentos. Por meio do trabalho árduo, engenhosidade, poupança e sorte, a maioria conseguiu realizar bastante de suas esperanças e sonhos para encorajar amigos e parentes a se juntarem a elas.

A história dos Estados Unidos é a história de um milagre econômico e político que se tornou possível pela transposição para a prática de dois conjuntos de ideias — ambos, por uma curiosa coincidência, formulados em documentos publicados no mesmo ano, 1776.

Um conjunto de ideias integrava *A riqueza das nações*, a obra-prima que consagrou o escocês Adam Smith como o pai da economia moderna. Smith analisou o modo pelo qual um sistema de

mercado podia combinar a liberdade dos indivíduos na busca de seus próprios objetivos com a ampla cooperação e colaboração necessárias no campo econômico para produzir nossa comida, nossa roupa, nossa habitação. A percepção principal de Adam Smith foi a de que ambas as partes de uma transação podem se beneficiar e que, *contanto que a cooperação seja absolutamente voluntária*, não haverá nenhuma transação a menos que ambas as partes se beneficiem de fato. Nenhuma força exterior, nenhuma coerção, nenhuma violação de liberdade é necessária para produzir a cooperação entre indivíduos em que todos possam se beneficiar. É por isso, como colocou Adam Smith, que um indivíduo que “almeja apenas seu próprio ganho [é] levado por uma mão invisível a promover um fim que não fazia parte de suas intenções. Nem sempre é ruim para a sociedade que esse fim não faça parte delas. Ao buscar seu próprio interesse, frequentemente promove o da sociedade mais efetivamente do que quando de fato deseja promovê-lo. Eu nunca soube de algo muito bem-feito por aqueles que fingiam negociar para o bem público”.¹

O segundo conjunto de ideias integrava a Declaração de Independência, escrita por Thomas Jefferson para exprimir o senso comum de seus compatriotas. Proclamava uma nova nação, a primeira na história baseada no princípio de que cada pessoa tem o direito de buscar seus próprios valores: “Consideramos estas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, que são dotados pelo Criador de certos Direitos inalienáveis; que entre estes estão a Vida, a Liberdade e a busca da Felicidade.”

Ou, como declarado de uma forma mais radical e sem reservas, quase um século depois, por John Stuart Mill:

A única finalidade para a qual a humanidade está autorizada, individual ou coletivamente, a interferir na liberdade de ação de

qualquer de seus pares é a própria proteção. [...] O único propósito para o qual o poder pode ser corretamente exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada, contra sua vontade, é para prevenir dano a outros. Seu próprio bem, seja físico ou moral, não é justificativa suficiente. [...] A única parte da conduta de qualquer um pela qual ele é disciplinado pela sociedade é aquela que diz respeito aos outros. Na parte que diz respeito somente a ele, sua independência é, por direito, absoluta. Sobre si próprio, sobre seu próprio corpo e pensamento, o indivíduo é soberano.²

Muito da história dos Estados Unidos gira em torno da tentativa de traduzir os princípios da Declaração de Independência para a prática — da luta contra a escravidão, enfim resolvida por uma guerra civil sangrenta, passando por uma tentativa subsequente de promover a igualdade de oportunidades, até a mais recente tentativa de se conseguir a igualdade de resultados.

A liberdade econômica é uma condição essencial para a liberdade política. Ao possibilitar que as pessoas cooperem umas com as outras sem coerção nem comando central, tal liberdade reduz a área sobre a qual é exercido o poder político. Além disso, por dispersar o poder, a economia de mercado proporciona uma compensação para qualquer concentração de poder político que possa surgir. A combinação de poder econômico e político nas mesmas mãos é uma receita segura para a tirania.

A combinação de liberdade econômica e política produziu uma era de ouro tanto na Grã-Bretanha quanto nos Estados Unidos no século XIX. Os Estados Unidos prosperaram ainda mais do que a Inglaterra. Começou com um passado em branco: menos vestígios de classe e status; menos restrições governamentais; um terreno mais fértil para energia, iniciativa e inovação; e um continente vazio a ser conquistado.

A fecundidade da liberdade é demonstrada de modo mais contundente e mais claramente na agricultura. Quando a Declaração de Independência foi promulgada, menos de 3 milhões de pessoas de origem europeia e africana, omitindo-se os índios nativos, ocupavam uma faixa estreita ao longo da costa oriental. A agricultura era a principal atividade econômica. Eram necessários dezoito a cada vinte trabalhadores para alimentar os habitantes do país e proporcionar um excedente para exportar em troca de bens do exterior. Hoje é necessário menos de um a cada vinte trabalhadores para alimentar os 220 milhões de habitantes e proporcionar um excedente que faz dos Estados Unidos o maior exportador de alimentos do mundo.

O que produziu esse milagre? Certamente não um comando central do governo — países como a Rússia e seus satélites, a China continental, a Iugoslávia e a Índia, que hoje dependem de um comando central, empregam entre um quarto e metade de seus trabalhadores na agricultura e, ainda assim, dependem com frequência da agricultura dos EUA para evitar a fome em massa. Durante a maior parte do período de rápida expansão da agricultura nos Estados Unidos, o governo desempenhou um papel insignificante. A terra se tornou disponível — mas era terra que tinha sido antes improdutiva. Depois da metade do século XIX, foram criadas as escolas de ensino superior de agricultura, que disseminaram informações e tecnologia a partir de serviços de extensão financiados pelo governo. Inquestionavelmente, no entanto, a fonte principal da revolução na agricultura foi a iniciativa privada atuando em um mercado livre aberto a todos — com a única exceção da vergonhosa escravidão. E o crescimento mais acelerado veio depois que a escravidão foi abolida. Os milhões de imigrantes de todas as partes do mundo eram livres para trabalhar para si próprios, em condições mutuamente acordadas. Eram livres para experimentar novas técnicas — por sua conta,

se o experimento falhasse; e para seu lucro, se obtivessem sucesso. Houve pouca assistência do governo. Mais importante ainda: encontraram pequena interferência do governo.

O governo começou a ter um papel mais importante na agricultura durante e após a Grande Depressão dos anos 1930. Atuava basicamente para restringir a produção de modo a manter os preços artificialmente altos.

O crescimento da produtividade agrícola dependia da necessária revolução industrial que a liberdade estimulava. E então vieram as novas máquinas que revolucionaram a agricultura. No sentido inverso, a Revolução Industrial dependia da disponibilidade de mão de obra liberada pela revolução na agricultura. Indústria e agricultura caminhavam de mãos dadas.

Smith e Jefferson viram igualmente a concentração de poder do governo como um grande perigo para o homem comum; viram a proteção do cidadão contra a tirania do governo como uma necessidade permanente. Esse foi o intuito da Declaração de Direitos da Virgínia (1776) e da Declaração de Direitos dos Estados Unidos (1791); o propósito da separação de poderes na Constituição dos EUA; a força motriz por trás das mudanças na estrutura jurídica inglesa desde a publicação da Magna Carta no século XIII até o final do século XIX. Para Smith e Jefferson, o papel do governo era o de um árbitro, não o de um participante. O ideal de Jefferson, como ele exprimiu em seu primeiro discurso de posse (1801), era um “governo sensato e sóbrio, que impedirá os homens de prejudicarem uns aos outros, que, por outro lado, os deixará livres para regular suas próprias atividades de produção e progresso”.

Ironicamente, o próprio sucesso da liberdade econômica e política reduziu seu encanto para pensadores posteriores. O governo estritamente limitado do final do século XIX possuía pouco poder concentrado que ameaçasse o homem comum. O outro

lado dessa moeda é que ele possuía pouco poder que permitisse às pessoas boas fazer o bem. E em um mundo imperfeito havia ainda muitos males. De fato, o próprio progresso da sociedade fez com que os males residuais parecessem ainda mais objetáveis. Como sempre, as pessoas tomavam como certas as conquistas favoráveis. Esqueceram-se dos perigos de um governo forte para a liberdade. Em vez disso, estavam atraídas pelo bem que um governo mais forte poderia realizar — se o poder de governar estivesse nas mãos “certas”.

Essas ideias começaram a influenciar a política de governo na Grã-Bretanha no começo do século XX. Ganharam crescente aceitação entre os intelectuais nos Estados Unidos, mas tiveram pouco efeito sobre a política de governo até a Grande Depressão do início dos anos 1930. Como mostraremos no capítulo 3, a Depressão foi causada por uma falha do governo em uma área — monetária — onde havia exercido sua autoridade desde o começo da República. Entretanto, a responsabilidade do governo pela Depressão não foi reconhecida — nem naquela ocasião nem agora. Em vez disso, a Depressão foi amplamente interpretada como uma falha do capitalismo de livre mercado. Esse mito levou o público a se unir aos intelectuais em uma mudança de visão sobre as responsabilidades relativas aos indivíduos e ao governo. A ênfase na responsabilidade do indivíduo pelo seu próprio destino foi substituída pela ênfase no indivíduo como um peão manipulado por forças fora do seu controle. A visão de que o papel do governo é servir como um árbitro para evitar que indivíduos exerçam coerção uns sobre os outros foi substituída pela visão de que o papel do governo é servir como um pai encarregado da obrigação de exercer a coerção sobre alguns para ajudar os outros.

Tais visões dominaram a evolução dos acontecimentos nos Estados Unidos durante a última metade do século. Elas levaram

a um crescimento do governo em todos os níveis, bem como à transferência do poder do governo local e do controle local para o governo central e para o controle central. O governo assumiu cada vez mais a tarefa de tomar de alguns para dar a outros em nome da segurança e da igualdade. As políticas de governo, uma após a outra, eram voltadas para “regular” nossas “atividades de produção e progresso”, mantendo a máxima de Jefferson em seu cabeçalho (capítulo 7).

Essa evolução foi provocada por boas intenções, com uma importante ajuda do interesse pessoal. Até mesmo os maiores defensores do Estado paternalista e do bem-estar social concordam que os resultados foram decepcionantes. Na esfera do governo, assim como no mercado, parece haver uma mão invisível, mas ela age exatamente de forma contrária à de Adam Smith: uma pessoa que pretende apenas servir ao interesse público estimulando a intervenção governamental é “levada por uma mão invisível a promover” interesses particulares “que não faziam parte de sua intenção”. Essa conclusão nos remete a nosso país repetidas vezes, à medida que analisamos, nos capítulos seguintes, as diversas áreas em que o poder do governo se fez presente — seja para obter segurança (capítulo 4) ou igualdade (capítulo 5); para promover a educação (capítulo 6); para proteger o consumidor (capítulo 7) ou o trabalhador (capítulo 8); ou para evitar a inflação e promover o emprego (capítulo 9).

Até o momento, nas palavras de Adam Smith, “o esforço uniforme, constante e ininterrupto de cada homem para melhorar suas condições, princípio no qual a opulência pública e nacional, assim como a privada, tem origem”, tem sido “forte o suficiente para manter o progresso natural das coisas para a melhoria, a despeito da extravagância dos governos e dos maiores erros da administração. Assim como o princípio desconhecido da vida animal, ele frequentemente restaura a saúde e o vigor da consti-

tuição, a despeito não apenas da doença, mas das absurdas prescrições do doutor”.³ Ou seja, até o momento a mão invisível de Adam Smith tem sido poderosa o suficiente para superar os efeitos mortais da mão invisível que atua na esfera política.

A experiência dos últimos anos — crescimento lento e produtividade declinante — levanta dúvida se a engenhosidade privada pode continuar a superar os efeitos mortais do controle governamental de modo a permitir que uma “nova classe” de servidores públicos gaste parcelas cada vez maiores de nossa renda, supostamente em nosso benefício. Mais cedo ou mais tarde — e talvez mais cedo do que qualquer um de nós possa esperar —, um governo ainda maior poderá destruir tanto a prosperidade que devemos à economia de mercado quanto a liberdade humana proclamada tão eloquentemente na Declaração de Independência.

Ainda não atingimos uma situação sem saída. Ainda somos livres como povo para escolher se continuaremos a acelerar a queda para o “caminho da servidão”, como Friedrich Hayek intitulou seu profundo e influente livro, ou se estabeleceremos limites mais rigorosos ao governo e dependeremos mais firmemente da cooperação voluntária entre pessoas livres para atingir nossos diversos objetivos. Será que nossa era de ouro chegará ao fim, em um retrocesso à tirania e à miséria que sempre foi, e continua sendo hoje, o estado da maior parte da humanidade? Ou será que teremos a sabedoria, a precaução e a coragem de mudar nosso rumo, de aprender com a experiência, e de nos beneficiarmos com um “renascimento da liberdade”?

Se vamos tomar uma decisão sábia, temos de compreender os princípios fundamentais de nosso sistema — tanto os princípios econômicos de Adam Smith, que explicam como é que um sistema complexo, organizado, que funciona naturalmente, pode se desenvolver e prosperar sem um comando central, como se dá

a coordenação sem a coerção (capítulo 1), quanto os princípios políticos expressos por Thomas Jefferson (capítulo 5). Temos de entender como as tentativas de se substituir a cooperação pelo comando central são capazes de fazer tanto dano (capítulo 2). Temos de compreender também a íntima relação entre liberdade política e liberdade econômica.

Felizmente, a maré está mudando. Nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, nos países da Europa Ocidental e em muitos outros países em todo o mundo há um reconhecimento cada vez maior dos perigos de um Estado grande, uma insatisfação com as políticas que têm sido adotadas. Essa mudança vem se refletindo não apenas na opinião pública, mas também na esfera política. Está se tornando politicamente lucrativo para os nossos representantes mudar o modo de pensar — e talvez até de agir. Estamos vivendo outra grande mudança de opinião pública. Temos a oportunidade de conduzir a opinião pública para uma confiança maior na iniciativa individual e na cooperação voluntária, em vez de caminhar para o extremo oposto do coletivismo total.

Em nosso capítulo final, examinaremos como os interesses especiais prevalecem sobre o interesse geral em um sistema político supostamente democrático. Examinaremos o que se pode fazer para corrigir o defeito em nosso sistema que contribui para tal resultado — como limitar o governo ao mesmo tempo que o capacitamos para desempenhar suas funções essenciais de defesa da nação contra inimigos externos, de nossa proteção individual contra a coerção por parte de nossos concidadãos, de árbitro para nossas disputas, e que nos permita chegar a um acordo sobre as regras que devemos seguir.

O poder do mercado

Todos os dias, cada um de nós utiliza inumeráveis bens e serviços — para comer, se vestir, se abrigar da natureza ou simplesmente desfrutar da vida. Contamos com o fato de que estarão à nossa disposição quando quisermos adquiri-los. Nunca paramos para pensar quantas pessoas tiveram uma participação, de uma forma ou de outra, para nos propiciar tais bens e serviços. Nunca nos perguntamos como a mercearia da esquina — ou, hoje em dia, os supermercados — tem em suas prateleiras os artigos que nós queremos comprar ou como a maioria de nós tem condições de ganhar o dinheiro que compra esses bens.

É natural pressupor que alguém tem de dar as ordens para garantir que os produtos “certos” sejam produzidos na quantidade “certa” e estejam disponíveis nos lugares “certos”. Esse é um método de coordenar as atividades de um grande número de pessoas — o método do exército. O general dá ordens ao coronel, o coronel ao major, o major ao tenente, o tenente ao sargento e o sargento ao soldado.

Mas esse método de comando pode ser o método exclusivo ou mesmo o principal método de organização apenas em um grupo muito pequeno. Nem mesmo o mais autocrático chefe de família pode controlar cada ato de outros membros da família de forma totalmente hierárquica. Nenhum exército de grande porte conse-

gue, de fato, ser dirigido inteiramente por comando. O general, como se pode perceber, não tem as informações necessárias para dirigir cada movimento do mais subalterno dos soldados. Em cada nível da cadeia de comando, o militar, seja ele oficial ou soldado, deve ter uma margem de liberdade para ponderar sobre informações referentes a determinadas circunstâncias de que seu superior poderá não dispor. Os comandos devem ser complementados pela cooperação voluntária — uma técnica menos óbvia e mais sutil, mas muito mais fundamental, de coordenar as atividades de grande quantidade de pessoas.

A Rússia é o exemplo de referência de uma economia de grandes dimensões que é supostamente organizada por comando — uma economia de planejamento central. Mas isso é mais ficção do que fato. Em cada nível da economia, a cooperação voluntária entra em cena para complementar o planejamento central ou compensar sua rigidez — algumas vezes legalmente, outras ilegalmente.¹

Na agricultura, trabalhadores de tempo integral nas fazendas do governo têm permissão para plantar alimentos e criar animais em pequenos lotes particulares em seu tempo livre para seu próprio uso ou para vender em mercados relativamente livres. Esses lotes representam menos de 1% da terra agricultável do país; no entanto, supõe-se que forneçam quase um terço de toda a produção agrícola da União Soviética (“supõe-se” porque é provável que alguns produtos das fazendas do governo sejam comercializados clandestinamente como se fossem dos lotes particulares).

No mercado de trabalho, raramente as pessoas são obrigadas a trabalhar em empregos específicos; neste sentido, há muito pouco direcionamento da mão de obra na prática. Em vez disso, são oferecidos salários para diversos trabalhos e as pessoas se candidatam a eles — algo bem semelhante ao que ocorre nos países capitalistas. Uma vez contratadas, elas podem, em segui-

da, ser demitidas ou deixar o emprego por outro de sua preferência. Há inúmeras restrições a respeito de quem pode trabalhar onde e, é claro, as leis proíbem qualquer um de se estabelecer como empregador — embora inúmeras oficinas clandestinas sirvam ao vasto mercado negro. A alocação de trabalhadores em larga escala basicamente pela forma compulsiva não é exequível; como também não é, aparentemente, a supressão total da atividade empresarial privada.

A atratividade dos diferentes empregos na União Soviética quase sempre depende das oportunidades que se oferecem para trabalhos clandestinos extralegais ou ilegais. Um morador de Moscou com um equipamento defeituoso em casa pode ter de esperar meses para vê-lo funcionando se ligar para uma repartição estatal de consertos. Poderá optar, então, por um trabalhador clandestino — muito provavelmente alguém que trabalha para essa mesma repartição estatal de consertos. O dono da casa tem seu equipamento prontamente reparado; o trabalhador clandestino recebe algum rendimento extra. Ambos ficam satisfeitos.

Esses participantes do mercado voluntário florescem, a despeito de sua inconsistência com a ideologia oficial marxista, porque o custo de eliminá-los seria muito alto. Os lotes particulares poderiam ser proibidos — mas os surtos de fome dos anos 1930 são uma lembrança gritante do custo. A economia soviética atual dificilmente poderá ser considerada um modelo de eficiência. Sem os participantes voluntários, ela funcionaria em níveis de eficiência ainda mais baixos. A recente experiência no Camboja demonstra tragicamente o custo de se tentar prescindir inteiramente do mercado.

Assim como nenhuma sociedade funciona inteiramente sob o princípio do comando, nenhuma funciona inteiramente pela cooperação voluntária. Toda sociedade tem alguns elementos de comando. Estes tomam diversas formas. Podem ser tão simples

e diretos como o serviço militar obrigatório ou a proibição de compra e venda de heroína ou ciclamatos, ou ordens judiciais a réus identificados para desistirem de ou executarem determinadas ações. Ou, no extremo oposto, podem ser tão sutis quanto a imposição de impostos elevados sobre cigarros para desestimular o fumo — uma sugestão, se não um comando, de alguns de nós para outros de nós.

Faz toda a diferença qual das combinações ocorre — se a troca voluntária é basicamente uma atividade clandestina que floresce por causa da rigidez de um elemento de comando dominante ou se a troca voluntária é o princípio dominante de organização, complementado a um grau maior ou menor por elementos de comando. A transação voluntária clandestina pode evitar que uma economia de comando entre em colapso, permitir que subsista e até mesmo conseguir algum progresso. Pode fazer muito pouco para minar a tirania sobre a qual reside uma economia predominantemente de comando. Uma economia predominantemente de troca voluntária, por outro lado, abriga em si o potencial para promover tanto a prosperidade quanto a liberdade humana. Ela pode não realizar seu potencial em qualquer dos aspectos, mas não conhecemos nenhuma sociedade que tenha alguma vez chegado à prosperidade e à liberdade sem ter tido por princípio fundamental de organização a troca voluntária. Apressamo-nos a acrescentar que a troca voluntária não é condição suficiente para a prosperidade e a liberdade. Essa é, pelo menos, a lição da história até o presente. Muitas sociedades organizadas predominantemente na base da troca voluntária não alcançaram plenamente nem a prosperidade nem a liberdade, apesar de terem chegado a um grau maior de ambas do que as sociedades de regimes autoritários. Mas a troca voluntária é uma condição necessária tanto para a prosperidade quanto para a liberdade.

Cooperação através da troca voluntária

Uma história deliciosa intitulada “I, Pencil: My Family Tree as Told to Leonard E. Read”² relata, com muita vivacidade, como a troca voluntária leva milhões de pessoas a cooperarem entre si. O sr. Read, no papel de “Lápis de Grafite” — o lápis de madeira comum bem conhecido de todos os meninos e meninas e adultos que podem ler e escrever —, começa sua história com a fantástica declaração de que “não há uma única pessoa [...] que saiba me fazer”. Prossegue, então, contando sobre todas as coisas que entram na fabricação de um lápis. Em primeiro lugar, a madeira provém de uma árvore, “um cedro de veios verticais que cresce no norte da Califórnia e no Oregon”. Para cortar a árvore e transportar os troncos para o parque ferroviário, são necessários “serras e caminhões e cordas e [...] inúmeros outros apetrechos”. Muitas pessoas e inúmeras habilidades estão envolvidas na fabricação: “na extração do minério, na fabricação do aço e no seu refinamento para transformação em serras, machados, motores; no cultivo do cânhamo e nos diversos estágios de sua transformação em corda pesada e resistente: nos acampamentos de madeireiros, com as suas camas e refeitórios, [...] milhares e milhares de pessoas tiveram sua participação em cada xícara de café bebido pelos madeireiros!”

E assim prossegue o sr. Read com o transporte dos troncos para a serraria, o trabalho envolvido na conversão dos troncos em ripas e o transporte das ripas da Califórnia até Wilkes-Barre, onde foi fabricado o lápis específico que conta a história. E até aqui só temos a madeira exterior do lápis. O centro de “grafite” não é verdadeiramente grafite. Começa como grafite extraído no Ceilão. Depois de muitos processos complexos, acaba sendo transformado no grafite do centro do lápis.

A peça metálica próxima à ponta do lápis — o arco metálico — é feita de latão. “Pense em todas as pessoas”, diz o sr. Read, “que

extraem zinco e cobre, e naquelas com capacidade para produzir folhas brilhantes de latão a partir destes produtos da natureza.”

O que chamamos de borracha é conhecido no ramo por “tampão”. Pensa-se que é borracha. Mas o sr. Read conta-nos que a borracha serve apenas para ligar os outros materiais. A ação de apagar é, na verdade, realizada por uma “Imitação”, um produto semelhante à borracha produzido através da reação do óleo de canola, proveniente das Índias Orientais Holandesas (atualmente Indonésia), com cloreto de enxofre.

Depois disso tudo, diz o lápis: “Será que alguém quer desafiar minha afirmação inicial de que não há uma única pessoa na face da terra que saiba me fazer?”

Nenhum dos milhares envolvidos na produção do lápis desempenhou sua tarefa porque queria um lápis. Algumas dessas pessoas empenhadas na fabricação do utensílio nunca viram um lápis e não saberiam dizer para que serve. Cada uma delas viu no seu trabalho uma forma de obter os bens e serviços que desejava — bens e serviços que produzimos com o objetivo de obter o lápis que desejávamos. Toda vez que vamos à loja e compramos um lápis, estamos trocando uma pequena parte dos nossos serviços pela quantidade infinitesimal de serviços com que cada um dos milhares de indivíduos envolvidos contribuiu para a produção do produto.

É ainda mais surpreendente que o lápis sempre tenha sido produzido assim. Ninguém, sentado em um escritório central, deu ordens a todas essas pessoas. Nenhuma polícia militar exigiu o cumprimento das ordens que não foram dadas. Esses indivíduos vivem em muitos territórios diferentes, falam diferentes línguas, praticam diferentes religiões e podem até se odiar — mas nenhuma dessas diferenças os impediu de cooperar para produzir um lápis. Como isso aconteceu? Adam Smith nos deu a resposta há duzentos anos.